



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 535135 - SP (2019/0285314-9)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : WILLEY LOPES SUCASAS E OUTROS
ADVOGADOS : WILLEY LOPES SUCASAS - SP148022
ANDRÉ CAMARGO TOZADORI - SP209459
LUIZ FELIPE GOMES DE MACEDO MAGANIN - SP340758
LUCAS BAROSI LIOTTI - SP406886
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE ANTONIO ZANETTI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. FEMINICÍDIO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. *MODUS OPERANDI*. GÓLPES DE FACA. PRECEDENTE. RECOMENDAÇÃO N. 62/2020. QUESTÕES A SEREM APRECIADAS PELO JUÍZO DE PISO. Ordem denegada

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **José Antônio Zanetti** contra ato coator proferido pela Segunda Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, que, nos autos do HC n. 0052785-12.2018.8.26.0000, denegou a ordem, mantendo o paciente preso preventivamente pela suposta prática de conduta descrita no art. 121, § 2º, III, IV e VI, e § 2º-A, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal.

Os impetrantes alegam, em síntese, que é desnecessária a manutenção da custódia cautelar, tendo em vista que a própria vítima impetrou *habeas corpus* no Tribunal local, pugnando pela liberdade do seu marido, ora paciente. Ressaltam que o paciente foi preso uma semana após ter sido submetido à cirurgia cardiovascular, conforme farta documentação médico-hospitalar e que todas as pessoas envolvidas afirmaram que o paciente não estava em pleno gozo de suas faculdades psicológicas, apresentando confusão mental.

Sustentam que a própria vítima pleiteou a liberdade do seu marido, assumindo compromisso de providenciar acompanhamento médico e psiquiátrico para o restabelecimento da saúde do paciente.

Argumentam que o fundamento utilizado se mostra genérico e inidôneo, sendo possível aplicá-lo a todos os casos de tentativa de homicídio. Acrescem que o Magistrado de piso se valeu de argumentos genéricos não agasalhados pela excepcionalidade da prisão processual.

Asserem que, em consonância com o princípio da proporcionalidade, a prisão preventiva não é necessária nem adequada para satisfazer os interesses do

processo judicial.

Pedem a confirmação da liminar e a concessão da ordem em definitivo. Subsidiariamente, postulam a substituição por cautelares diversas (fls. 3/16).

Liminar indeferida às fls. 684/687.

Informações prestadas pela origem às fls. 690/693.

O Ministério Público Federal opina pela denegação da ordem, tendo em vista a consonância do acórdão com a jurisprudência da Corte Superior (fls. 704/711).

Por meio da Petição n. 153742/2020, os impetrantes requereram a reapreciação da liminar. Alegam que, durante o processamento do *writ*, deflagrou-se a pandemia do coronavírus (Covid-19).

Sustentam que, *considerando que: (i) o paciente conta com 58 anos de idade; (ii) tem problemas cardíacos (fls. 35; 100/206; 278/386); (iii) o Centro de Detenção Provisória de Piracicaba/SP está superlotado (Capacidade: 847-População: 18671) e (iv) a concordância expressa da sedizente vítima no que tange a liberdade de JOSÉ ANTÔNIO ZANETTI (fls. 22/23), imprescindível que Vossa Excelência reaprecie a liminar para que o paciente seja colocado imediatamente em liberdade, impondo-lhe todas as cautelares diversas da prisão previstas no artigo 319 do CPP e outras mais que se entender pertinentes* (fl. 715).

Ressaltam a Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, razão pela qual requerem o deferimento de liberdade provisória com a imposição de cautelares (fls. 715/716).

É o relatório.

A impetração pretende a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente pela suposta prática de conduta descrita no art. 121, § 2º, III, IV e VI, e § 2º-A, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal.

A impressão que tive ao apreciar a medida liminar não se altera.

A prisão preventiva foi mantida por ocasião da sentença de pronúncia (fls. 633/641), que afirmou permanecerem hígidos os fundamentos para prisão preventiva a seguir declinados (fls. 28/29):

O autuado demonstra ser possuidor de certo descontrole emocional. Não consegue frear seu ímpeto agressivo, sendo certo que uma simples discussão poderia ensejar uma desmedida reação.

Os depoimentos colhidos perante a autoridade policial corroboram tal tese, uma vez que há declarações de que o averiguado dizia o que os familiares queriam matá-lo, e que ele iria matar a vítima.

No mais, os fatos em apuração evidenciam gravidade impar demonstrando a necessidade da manutenção cautelar do indiciado em cárcere, para absoluta garantia da ordem pública, salvaguardando-se a sociedade dos efeitos deletérios de suas condutas criminosas.

Os fatos padecem de uma análise mais profunda. Neste momento, entendo que eventuais condições favoráveis ao autuado não são obstáculos à prisão preventiva conforme preceitua o poder geral de cautela concedido ao magistrado, até porque, em homenagem ao princípio da proporcionalidade, tais circunstâncias eventualmente favoráveis ao autuado devem ser mitigadas frente ao interesse de

toda uma sociedade, uma vez que a conduta do autuado é de extrema gravidade.

Não há ainda que se falar em legítima defesa uma vez que o artigo 25 do Código penal é claro em dizer que para afastar injusta agressão os meios utilizados devem ser utilizados com moderação o que, obviamente, não é o caso.

Ademais, os crimes contra a vida sempre impactam a sociedade de modo a causar um mal estar social que merece, prontamente, uma resposta efetiva do Poder Judiciário e, colocar em liberdade alguém que tira a vida de outrem de forma tão violenta pode levar a sociedade a acreditar que voltamos ao estado da barbárie onde a justiça pode ser exercida por meios próprios ainda que isso acarrete em suprimir a vida de alguém.

Provocado na via do *habeas corpus*, o Tribunal local manteve a prisão aos seguintes fundamentos (fls. 19/20 – grifo nosso):

Isso porque o magistrado de primeiro grau justificou sim, pese de modo adequadamente sucinto, a necessidade da custódia preventiva do paciente, ante à presença dos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Não seria a discordância do impetrante para com a sorte desses argumentos que equivaleria, no caso, à apontada ausência de fundamentação.

O paciente está sendo acusado de tentativa de feminicídio contra sua companheira — ora impetrante —, com quem convivia há 33 anos, crime que se reveste da maior gravidade porque, segundo a denúncia, em 18.11.2018, teria agarrado sua esposa pelos cabelos, enquanto ela preparava o café e, de maneira inesperada, disse que iria matá-la, momento em que, valendo-se do emprego de uma faca de cozinha, supostamente, desferiu golpes de faca, causando nela as lesões descritas no exame de corpo de delito, somente não se consumando o óbito por razões alheias à sua vontade.

É claro que esse é um quadro preliminar, sobre o qual ainda se mostra pouco oportuno tecer considerações conclusivas.

Ora, trata-se, portanto e até aqui, de imputação em princípio robusta e importante, trazendo notícia concreta de sério conflito social, baseada em elementos de prova também em princípio válidos e substanciais, indicando-se que o paciente teria, em tese, praticado o delito de feminicídio tentado contra sua companheira.

Com fulcro nesses elementos de convicção, o Juízo de origem fundou a custódia cautelar do paciente. Necessário guardar-se o julgador, nesse instante, para, no momento processual mais adequado, formular reflexões mais aprofundadas sobre o mérito mais íntimo dessas provas que, é claro, sequer ainda passaram pelo crivo do processo. Daí, inclusive, a singeleza de suas assertivas que, de todo modo, não se mostram impróprias ou infundadas aos fatos daquele processo. Se, de um lado, nesse momento o magistrado opera com notícias de uma veemente infração, de outro lado opera também com uma não menos eloqüente presunção constitucional de inocência que certamente milita em favor do paciente, o que naturalmente leva a Justiça criminal a ser, nesse instante puramente inicial da investigação, naturalmente parcimoniosa e avara em suas reflexões sobre o mérito da imputação

Conforme expus ao apreciar a liminar, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, a decretação da prisão preventiva em razão da necessidade de acautelar a ordem pública pode ter como fundamento a periculosidade do agente, o que pode ser demonstrado pelo *modus operandi* empregado no fato imputado (RHC n. 113.192/TO, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 27/6/2019).

Em reforço:

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. FEMINICÍDIO TENTADO.

FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. PRONÚNCIA. INEXISTÊNCIA DE NOVO TÍTULO PRISIONAL.

GRAVIDADE DO DELITO. CRIME PRATICADO COM VIOLÊNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO. 1. A superveniência de pronúncia ou de sentença não implica a constituição de novo título prisional se não agregados novos fundamentos, consoante se verifica no presente caso. 2. Consta do decreto prisional fundamentação concreta evidenciada na periculosidade social do paciente que atacou a golpes de faca, por diversas vezes, a vítima Camila, que se encontra em estado grave no hospital, a revelar a concretude da gravidade delituosa, de modo que não há que falar em ilegalidade.

3. Habeas corpus denegado.

(HC n. 508.177/MG, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 08/10/2019)

In casu, o Tribunal destacou o fato de o paciente ter agarrado sua esposa pelos cabelos, de maneira inesperada, e ter desferido golpes de faca contra a vítima, o que demonstra a especial periculosidade do agente e autoriza a imposição da cautelar pessoal máxima.

Em relação à recomendação expedida pelo Conselho Nacional de Justiça, Recomendação n. 62/2020, em que indica aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

Dispõe o art. 4º da referida resolução (grifo nosso):

Art. 4º Recomendar aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I – a reavaliação das prisões provisórias, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, priorizando-se:

a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco;

b) pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;

c) prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa;

II – a suspensão do dever de apresentação periódica ao juízo das pessoas em liberdade provisória ou suspensão condicional do processo, pelo prazo de 90 (noventa) dias;

III – a máxima excepcionalidade de novas ordens de prisão preventiva, observado o protocolo das autoridades sanitárias.

Destaco que essa questão não foi objeto de deliberação pelo Tribunal e as alegações em torno da saúde do paciente e da lotação da unidade prisional exigem incursão probatória, sendo recomendável que a matéria seja tratada pelo Juízo de piso inicialmente.

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator